

cinecartaz

ÚLTIMA HORA

Pesquisa Rápida
na Edição de Hoje

PUBLICO

SECCÕES

[1ª Página Destaque](#)
[Editoriais Mundo](#)
[Espaço Público](#)
[Sociedade](#)
[Educação Ciências](#)
[Ambiente Cultura](#)
[Desporto Economia](#)
[Media Local Lisboa](#)
[Local Porto Última](#)
[Página Ficha](#)
[Técnica](#)

SUPLEMENTOS

[Y](#)

[Só Texto](#)

Tempo
[Calvin](#) [Bartoon](#)
[Programação TV](#)

GUIA DO LAZER

PUBLICOnline

Home | Primeira Página | Índice de Hoje | Últimos 7 Dias | Pesquisas

Espaço Público | OPINIÃO |

Não Vivemos em Democracia

Por MARIA FILOMENA MÓNICA

Sexta-feira, 15 de Março de 2002



Quem escolhe os nomes dos indivíduos que se podem apresentar como candidatos nas eleições legislativas, o povo ou os partidos? Resposta: os partidos. Quem decide quais as políticas que os candidatos adoptam, o povo ou os partidos? Resposta: os partidos. Quem diz como devem os deputados votar, o povo ou os partidos? Resposta: os partidos.

Por outras palavras, a democracia, longe de me representar, representa os partidos. Não vivo, assim, em democracia. Quando muito, posso designar o sistema montado em 1974 como uma oligarquia electiva, uma vez que, de quatro em quatro anos, vagamente, ajudo a escolher os 230 oligarcas que se sentarão no hemiciclo. Democracia não é. Porque, numa democracia, a minha voz seria decisiva.

A noção de que existe uma ligação fundamental entre democracia e povo é antiga. De facto, remonta a 508 a.C., ao momento em que o ateniense Cleistenes inventou a "demo-kratia", o que significa literalmente "poder do povo". Então, de nove em nove dias, os cidadãos de Atenas - definidos como homens livres com mais de 18 anos - juntavam-se, numa assembleia, para discutir os assuntos de Estado. Eram eles que, na prática, detinham o poder, embora existissem funcionários, incumbidos de executar as suas deliberações. Por estranho que isso pareça à mentalidade moderna, estes eram tirados à sorte, por um período de um ano. Não era um posto apetecível, dado que, findo o prazo, tinham de responder pelas suas acções, podendo ser multados, exilados e até executados. Este sistema durou pouco: em 332 a.C., um general macedónio dava cabo dele. Depois, entre democracias e ditaduras, passou-se muita coisa.

O sistema actualmente vigente nos países democráticos poucas afinidades tem com o ateniense, uma vez que a democracia directa não é compatível com

sociedades alargadas e sofisticadas. Hoje, o poder é geralmente detido por um grupo de políticos profissionais; por outro lado, os funcionários encarregues de executar as políticas raramente são chamados à pedra. E, no entanto, todos os dias somos inundados por uma propaganda que nos garante que vivemos em democracia.

Num tipo de democracia, diz-se, diferente da ateniense, mas democracia. A esta moderna forma convencionou-se designá-la como representativa, uma vez que "nós", o povo, já não deliberamos directamente sobre os assuntos da cidade, mas indirectamente, através de "eles", os deputados, que escolhemos para ocupar essa nobre função. O povo ficou à espera que, através do seu representante, as suas aspirações fossem tidas em conta. Mais do que em qualquer outro país, isto sucedeu em Portugal, uma vez que o sufrágio livre e universal só chegou, no meio da enxurrada, em 1974. De início, todos os sonhos foram permitidos.

Com o decorrer do tempo, a realidade foi-se impondo. Fomos vendo, como, em vez de sermos nós a escolher quem se sentava no hemiciclo, eram os partidos que o faziam, pedindo-nos, em seguida, para carimbar, através do voto, as escolhas feitas. Nunca, desde 1974, votámos em homens, mas em siglas. Depois de terem decidido quem, nas "listas", ficaria em lugar elegível, eram ainda os partidos quem determinava quando entravam e quando eram substituídos. Ao longo destes vinte e oito anos, os partidos erigiram, à sua volta, uma muralha, sem portas nem janelas, através das quais as aspirações dos eleitores pudessem penetrar. Os generais ouviam os tenentes e estes os soldados rasos. Assim se criou a oligarquia que nos rege.

Mas será uma oligarquia necessariamente um mau sistema? Historicamente, podemos encontrar exemplos de boas oligarquias - o sistema inglês durante o século XIX - e de más democracias - o centralismo democrático da URSS. O problema com as oligarquias reside em saber se são os melhores que mandam, ou se o sistema está de tal forma montado que premeia os medíocres. No séc. V a.C., Heródoto definia a oligarquia como a forma de "seleccionar os melhores homens, conferindo-lhes o poder (...) na base do pressuposto de que é natural que os melhores produzam as melhores políticas". Em Portugal, em vez de escolher os melhores, a maquinaria montada dá preferência aos burocratas dos partidos. Olhem-se os nomes que constam das listas que cada partido confeccionou.

A ideia, que gozou de alguma popularidade durante os anos iniciais da Revolução, de que, neste cantinho da Europa, poderíamos usufruir de uma democracia directa cedo perdeu o seu atractivo. Hoje, até a democracia representativa é olhada com desconfiança. Pouco a pouco, o povo foi-se apercebendo de

que o seu voto tinha pouca utilidade. Quem decidia não éramos "nós", mas "eles". Só os burocratas que rodeiam os secretários-gerais não se aperceberam ainda da crescente desilusão com o regime. Esta campanha eleitoral, com a sua horrenda mistura entre política, futebol e construção civil, foi vergonhosa. Não me espantou, por conseguinte, que, na noite do grande debate televisivo, a maior parte da população tivesse preferido seguir as peripécias de uma telenovela aos malabarismos de indivíduos que só chegaram onde chegaram devido à forma de selecção da classe dirigente.

Não gosto de me citar, mas, desta vez, não resisto. A 29 de Setembro de 1995, ou seja, a poucos dias do acto eleitoral, escrevia no Independente: " Nunca mais votarei enquanto este sistema eleitoral estiver em vigor. Não gosto da abstenção. Não gosto de a recomendar. Mas estou farta. A actual lei eleitoral, cozinhada quando os eleitores ainda estavam verdes, une os partidos, todos os partidos, contra nós." Era isto que eu pensava há sete anos. O que preconizo, ainda hoje, é a "abstenção activa". Para os políticos, o voto nulo não conta.

Só quando os políticos notarem que estão a viver sobre um abismo sentirão a necessidade de estabelecer laços com os eleitores. No fundo, nem é tanto o facto de viver sob uma oligarquia que me indigna, mas o de ser forçada a viver sob esta oligarquia. Os portugueses podem achar que isto de leis eleitorais são preciosidades. Enganam-se. Sem esta reforma, continuaremos a ter medíocres a mandar em nós. ▲

OUTROS TÍTULOS EM ESPAÇO PÚBLICO

EDITORIAL

- [Israel, Palestina, Angola e a paz](#)

OPINIÃO

- Não vivemos em democracia
- [Porque não assinei o manifesto "contra a destruição do IPPAR"](#)
- [Património, propaganda e poder](#)

O FIO DO HORIZONTE

- [Os ziguezagues](#)

CARTAS AO DIRECTOR

- ["Utilizar o Montijo para adiar a OTA? Uma ideia surrealista"](#)
- [Sobre o artigo de Cravinho](#)
- [A lógica dos "remediados"](#)
- [Maioria absoluta](#)
- [Citações](#)



publico.pt publiconline última hora desporto guia do lazer bd cinecartaz tvzine
fotjournalismo calvin bartoon tempo serviço público copyright publicidade ficha técnica

© 2000 PÚBLICO Comunicação Social, SA
Emails: Direcção Editorial - Webmaster - Publicidade